

INDICAÇÃO Nº , DE 2006

(Do Sr. Geraldo Resende)

Sugere providências ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Saúde, no sentido de realizar auditoria contábil-financeira no Hospital Universitário de Dourados-MS.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

A Universidade Federal da Grande Dourados, tem sua origem no campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS em Dourados, onde no ano de 2000 iniciou-se o funcionamento dos cursos de medicina, direito e administração, tornou-se necessária a ampliação das instalações existentes, começando a ganhar corpo, então, a idéia da constituição, em Dourados, de uma cidade universitária.

O curso da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* de Dourados, hoje parte integrante da Universidade Federal da Grande Dourados, formou sua primeira turma neste ano, inobstante sua infra-estrutura precária e a inexistência de corpo docente constituído. Durante todo o tempo desde a criação deste curso, não faltaram solicitações para que, pelo menos, fosse concluído o bloco do curso de medicina, mas nem isso aconteceu, apesar do aporte de recursos financeiros que foi efetuado pela esfera federal.

Em Abril de 2002, concluiu-se a obra do Hospital Universitário de Dourados, que além da missão assistencial, tem também a missão acadêmica, o que pelo menos dobra o custo operacional de qualquer unidade hospitalar. A equipagem, custeio e responsabilidade administrativa da instituição passou a ser negociada entre os três entes públicos.

A Prefeitura Municipal de Dourados assumiu a administração, criando uma Fundação Hospital Universitário como estratégia operacional. O custeio foi pactuado num rateio com três partes para o Ministério da Saúde, duas do Governo do Estado e uma da Prefeitura Municipal.

Contudo, desde Janeiro de 2005, somente o Ministério tem cumprido a sua parte repassando regularmente o valor pactuado, enquanto o



48F2BAE732

Governo Estadual, das 14 (quatorze) parcelas devidas nesse período, pagou apenas 03 (três), contabilizando uma inadimplência de R\$ 4,4 milhões. A Prefeitura, por sua vez, também não repassa sua parte para a Fundação Hospitalar, além de exigir que os recursos do Ministério da Saúde não sejam depositados diretamente para a Fundação, caindo na conta geral da Prefeitura o que notoriamente dificulta a visibilidade de sua execução. Assim, a Prefeitura deixou de aplicar R\$ 2,8 milhões do que foi pactuado.

O reflexo de tanta inapetência para com a saúde da população, é que o pleno funcionamento do Hospital Universitário de Dourados, ainda é uma utopia.

Ocorre que, somente no ano passado, o Fundo Municipal de Saúde de Dourados recebeu aproximadamente R\$ 30 milhões. Desse montante, o hospital universitário recebeu cerca de R\$14.400.000,00. Se esta unidade não realiza procedimentos de alta complexidade, se não está investindo na ampliação da sua infra-estrutura física e na aquisição de novos equipamentos, se não está remunerando os docentes do curso de medicina; como estão sendo aplicados tais recursos? Se não existe transparência de gestão, como a sociedade pode fiscalizar a aplicação dos recursos? Visando esclarecer a suspeita de que estes recursos não estão sendo efetivamente aplicados nas atividades finalísticas do hospital universitário – paira a suspeita de que estariam sendo aplicados apenas em atividades meio, sem retorno para a população da região – é que elaboramos a presente indicação.

Atenciosamente,

GERALDO RESENDE
Deputado Federal - PPS/MS



48F2BAE732